

Barcas S.A. - Transportes Marítimos

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2012, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária Barcas S.A. - Transportes Marítimos (Companhia ou Barcas), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Barcas é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objetivo a navegação de cabotagem e travessia marítima no Estado do Rio de Janeiro, transportando passageiros e bens nas rotas concedidas, sendo-lhe facultada ainda a participação em outras sociedades para a consecução da realização de seus objetivos. Navega cerca de 640 mil quilômetros por ano, sendo hoje a quarta maior operadora de transporte aquaviário do mundo.

No dia 2 de julho de 2012, o Grupo CCR assumiu o controle acionário da Companhia, adquirindo 80% de suas ações. Com a chegada da CCR, um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina, a concessionária, passou a ser chamada “CCR Barcas”, marcando o início de uma nova fase para esse transporte de massa que tem 177 anos de existência.

Em 2012, a CCR Barcas iniciou a reformulação de todo o seu plano operacional e de manutenção, considerando o novo desenho das linhas, a reestruturação do programa de manutenção das embarcações e a revitalização de suas estações.

Embarcações

Visando o aumento na oferta de lugares e maior conforto para seus usuários, a CCR Barcas alugou 2 novas embarcações. As novas embarcações (catamarãs), batizados de Harpia e Falcão, são velozes e possuem sistema de segurança de navegação composto por equipamentos como radar, GPS, rádio VHF, AIS (sistema de monitoramento similar ao de aviões), entre outros itens. Os mesmos também são equipados com ar-condicionado e grandes janelas que possibilitam uma bela vista da Baía da Guanabara.

Atualmente, a frota é composta por 22 embarcações compreendendo 12 catamarãs e 10 barcas tradicionais.

Ainda em 2012, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou o edital de licitação para a aquisição de nove novas embarcações que integrarão a malha de transporte aquaviário. O início de operação destas novas embarcações está previsto para o ano de 2015.

Estações

A CCR Barcas opera com cinco estações: Praça XV, Praça Araribóia, Cocotá, Paquetá e Charitas. Além disso, em sua divisão Sul, 3 pontos de atracação fazem parte da operação nas linhas que servem a Ilha Grande (Abraão), Mangaratiba e Angra dos Reis.

Em 2012, a CCR Barcas iniciou o projeto de melhorias da estação da Praça Araribóia. Este projeto visa a ampliação e modernização da estação atual gerando melhoria na logística de embarque e desembarque, redução de filas no acesso à estação e mais segurança e conforto, contribuindo com a qualidade de vida de seus usuários.

A Administração da CCR Barcas agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP, aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Companhia em 2012.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2013

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Barcas S.A. - Transportes Marítimos
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Barcas S.A. - Transportes Marítimos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registrou despesa de complemento de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, no montante de R\$28.071 mil, para constituir provisão avaliada como necessária em 31 de dezembro de 2012. Entretanto, apesar de se compensarem no tempo, não foi possível determinar se parte desse montante deveria ter sido reconhecida no exercício de 2011 e parte, em exercícios anteriores.

Opinião com ressalva


Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barcas S.A. - Transportes Marítimos em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Outros assuntos

Exame das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, anteriormente apresentados pela Companhia, estão sendo reapresentados em decorrência da readequação das práticas contábeis adotadas e de outros ajustes, conforme previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ


José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6 “S” RJ

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2012			31/12/2011			PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
					(Reapresentado)	(Reapresentado)							(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)
CIRCULANTE								CIRCULANTE										
Caixas e equivalentes de caixa	6	1.514	704	335	Empréstimos e financiamentos	16	118.354	88.407	55.099									
Contas a receber	7	554	444	339	Fornecedores		6.010	3.927	2.776									
Contas a receber - partes relacionadas	13	1.915	160	6.994	Fornecedores - partes relacionadas	13	292	-	-									
Impostos a recuperar	8	91	129	40	Impostos e contribuições a recolher	17a	18.364	16.738	14.225									
Estoques	10	1.377	1.181	1.424	Obrigações sociais e trabalhistas		6.989	5.470	4.693									
Despesas antecipadas e outras contas a receber	11	2.489	4.430	2.259	Impostos e contribuições parcelados	17b	1.864	3.832	1.336									
Total do ativo circulante		7.940	7.048	11.391	Obrigações com o Poder Concedente		906	200	105									
					Aluguéis de embarcações a pagar		635	5.147	6.310									
					Outras contas a pagar		1.439	2.625	1.072									
NÃO CIRCULANTE							154.853	126.346	85.616									
Realizável a longo prazo:					Total do passivo circulante													
Contas a receber	7	18.934	16.733	15.066														
Impostos diferidos	9b	51.890	2.379	1.514	NÃO CIRCULANTE													
Depósitos judiciais		6.862	7.313	6.432	Fornecedores - partes relacionadas	13	-	626	7.250									
Outras contas a receber	11	6.685	1.538	1.023	Impostos e contribuições parcelados	17b	3.984	4.606	12.298									
		84.371	27.963	24.035	Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	13	-	190.556	184.734									
Investimentos	12	-	496	-	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	35.346	10.319	10.528									
Imobilizado	14	5.761	2.020	3.083	Provisão para passivo a descoberto	12	1.066	-	6.310									
Intangível	15	172.818	188.865	206.793	Outras contas a pagar		328	744	468									
Total do ativo não circulante		262.950	219.344	233.911	Total do passivo não circulante		40.724	206.851	221.588									
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)													
					Capital social	19a	243.236	47.501	47.501									
					Prejuízos acumulados		(167.923)	(154.306)	(109.403)									
					Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		75.313	(106.805)	(61.902)									
TOTAL DO ATIVO		270.890	226.392	245.302	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		270.890	226.392	245.302									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	128.295	93.151
Custos dos serviços prestados:			
Custo de construção		(619)	(1.249)
Depreciação e amortização	14 e 15	(16.761)	(16.667)
Serviços		(8.190)	(7.051)
Custo com pessoal		(55.057)	(44.823)
Materiais, equipamentos e veículos		(30.121)	(26.268)
Energia elétrica		(964)	(903)
Aluguéis e condomínios		(956)	(988)
Seguros		(928)	(864)
Água		(904)	(988)
Outros		(4.253)	(3.456)
		<u>(118.753)</u>	<u>(103.257)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		9.542	(10.106)
Despesas gerais e administrativas:			
Despesa com pessoal		(9.956)	(8.105)
Serviços		(12.033)	(10.360)
Materiais, equipamentos e veículos		(785)	(685)
Depreciação e amortização	14 e 15	(261)	(479)
Constituição da provisão para riscos	18	(28.071)	(209)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(2.405)	(2.230)
Outras despesas operacionais		(3.917)	(5.649)
		<u>(57.428)</u>	<u>(27.717)</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	12	(1.562)	(1.524)
DESPESAS FINANCEIRAS	21	(21.337)	(21.180)
RECEITAS FINANCEIRAS	21	<u>7.657</u>	<u>14.759</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(63.128)	(45.768)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>49.511</u>	<u>865</u>
Prejuízo do exercício		<u>(13.617)</u>	<u>(44.903)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído - em R\$		<u>(0,1059)</u>	<u>(0,9453)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo do exercício	(13.617)	(44.903)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(13.617)</u>	<u>(44.903)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativ</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011 (PUBLICADO ANTERIORMENTE)		47.501	(79.721)	(32.220)
Ajuste de exercícios anteriores	3	<u>-</u>	<u>(29.682)</u>	<u>(29.682)</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011 (REAPRESENTADO)	3 e 19	47.501	(109.403)	(61.902)
Prejuízo do exercício ajustado		<u>-</u>	<u>(44.903)</u>	<u>(44.903)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (REAPRESENTADO)	3 e 19	47.501	(154.306)	(106.805)
Aumento de capital	19a	195.735	-	195.735
Prejuízo do exercício		-	(13.617)	(13.617)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>243.236</u>	<u>(167.923)</u>	<u>75.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2012	2011 (Representado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(13.617)	(44.903)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9a	(49.511)	(865)
Depreciação e amortização	14 e 15	17.022	17.146
Baixa do ativo imobilizado		-	1.146
Baixa do ativo intangível		-	2.430
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	21	12.587	11.114
Juros sobre impostos parcelados	21	1.205	332
Ajuste a valor presente ativo financeiro	21	(2.194)	(1.938)
Constituição (reversão) e juros sobre riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	28.071	(209)
Equivalência patrimonial	12a	1.562	1.524
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber		(117)	166
Contas a receber - partes relacionadas		(1.755)	2.280
Impostos a recuperar		38	(604)
Estoques		(196)	243
Despesas antecipadas e outras contas a receber		(3.206)	(2.171)
Depósitos judiciais		451	(881)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		2.083	1.151
Fornecedores - partes relacionadas		(334)	(2.069)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.519	777
Impostos e contribuições a recolher e parcelados		(2.169)	(3.015)
Liquidação de provisão para riscos		(3.044)	-
Obrigações com o poder concedente		706	95
Outras contas a pagar		(6.114)	(834)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		<u>(17.013)</u>	<u>(19.085)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aumento de capital em investida	12b	-	(8.330)
Aquisição de ativo imobilizado		(3.946)	(387)
Adições ao ativo intangível		(770)	(1.344)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(4.716)</u>	<u>(10.061)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		-	5.822
Integralização de capital		5.179	-
Empréstimos e financiamentos:			
Captações		141.943	35.400
Pagamentos de principal		(117.995)	(6.993)
Pagamento de juros		(6.588)	(4.714)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>22.539</u>	<u>29.515</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>810</u>	<u>369</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		704	335
No final do exercício		<u>1.514</u>	<u>704</u>
		<u>810</u>	<u>369</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A operação e controle do transporte hidroviário foram concedidos por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem o prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023.

A Barcas detêm 99,995% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização das barcas pelos usuários;

As receitas acessórias são reconhecidas quanto da efetiva prestação de serviços;

Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- Capital social - ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, é calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “k”.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

k) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício pelo método de amortização linear calculado de acordo com o prazo remanescente da concessão.

1) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

(a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010;

(b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;

(c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e

(d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente a IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente ao IFRS 13).

A administração da Companhia revisou as novas normas vigentes a partir de exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2013 e não espera que os referidos pronunciamentos produzam efeitos em suas demonstrações financeiras.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se nos itens do artigo 10 desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora CCR S.A., já apresenta demonstrações consolidadas, a qual foi publicada no dia 19 de março de 2013.

Em 5 de abril de 2013 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Retificação de erro e reclassificação

Após a aquisição de participação acionária da concessionária pelo Grupo CCR, a Administração revisou e determinou pela reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a título de retificação de erro, tendo em vista que as mesmas não estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo Grupo CCR.

Portanto, no exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuados os seguintes ajustes e reclassificações:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e em 01 de janeiro de 2011

Ativo	Nota	31/12/2011			01/01/2011		
		(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Circulante							
Caixas e equivalentes de caixa	(a)	1.148	(444)	704	674	(339)	335
Contas a receber	(a)	-	444	444	-	339	339
Contas a receber - partes relacionadas	(a)	4.714	(4.554)	160	-	6.994	6.994
Impostos a recuperar	(a)	1.558	(1.429)	129	954	(914)	40
Estoques		1.181	-	1.181	1.424	-	1.424
Despesas antecipadas e outras contas a receber		4.430	-	4.430	2.259	-	2.259
Total do ativo circulante		13.031	(5.983)	7.048	5.311	6.080	11.391
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Contas a receber	(c)	-	16.733	16.733	-	15.066	15.066
Contas a receber - partes relacionadas	(b)	-	-	-	6.994	(6.994)	-
Ativo fiscal diferido	(d)	-	2.379	2.379	-	1.514	1.514
Depósitos judiciais		7.313	-	7.313	6.432	-	6.432
Outras contas a receber	(a)	-	1.538	1.538	-	1.023	1.023
		7.313	20.650	27.963	13.426	10.609	24.035
Investimento	(e)	605	(109)	496	109	(109)	-
Imobilizado	(f) (g)	219.101	(217.081)	2.020	232.623	(229.540)	3.083
Intangível	(h)	170	188.695	188.865	192	206.601	206.793
Total do ativo não circulante		227.189	(7.845)	219.344	246.350	(12.439)	233.911
Total do ativo		240.220	(13.828)	226.392	251.661	(6.359)	245.302

Passivo	Nota	31/12/2011			01/01/2011		
		(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	(n)	42.887	45.520	88.407	10.031	45.068	55.099
Fornecedores	(a)	3.813	114	3.927	2.725	51	2.776
Fornecedores - partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	(o)	11.811	4.927	16.738	13.406	819	14.225
Obrigações sociais e trabalhistas	(a)	5.573	(103)	5.470	4.781	(88)	4.693
Impostos e contribuições parcelados		3.832	-	3.832	1.336	-	1.336
Obrigações com o poder concedente		200	-	200	105	-	105
Aluguéis de embarcações a pagar	(b)	5.147	-	5.147	-	6.310	6.310
Outras contas a pagar	(a)	<u>1.136</u>	<u>1.489</u>	<u>2.625</u>	<u>1.035</u>	<u>37</u>	<u>1.072</u>
Total do passivo circulante		<u>74.399</u>	<u>51.947</u>	<u>126.346</u>	<u>33.419</u>	<u>52.197</u>	<u>85.616</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	(a) (n)	52.200	(52.200)	-	52.318	(52.318)	-
Fornecedores - partes relacionadas	(a)	-	626	626	-	7.250	7.250
Impostos e contribuições parcelados	(a)	5.118	(512)	4.606	12.578	(280)	12.298
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	(i)	174.362	16.194	190.556	168.540	16.194	184.734
Provisão para riscos cíveis, tributárias e trabalhistas		10.319	-	10.319	10.528	-	10.528
Provisão para passivo a descoberto	(e)	-	-	-	-	6.310	6.310
Outras contas a pagar	(a) (b)	<u>232</u>	<u>512</u>	<u>744</u>	<u>6.498</u>	<u>(6.030)</u>	<u>468</u>
Total do passivo não circulante		<u>242.231</u>	<u>(35.380)</u>	<u>206.851</u>	<u>250.462</u>	<u>(28.874)</u>	<u>221.588</u>
Passivo descoberto							
Capital social		47.501	-	47.501	47.501	-	47.501
Prejuízos acumulados		<u>(123.911)</u>	<u>(30.395)</u>	<u>(154.306)</u>	<u>(79.721)</u>	<u>(29.682)</u>	<u>(109.403)</u>
Total do passivo descoberto		<u>(76.410)</u>	<u>(30.395)</u>	<u>(106.805)</u>	<u>(32.220)</u>	<u>(29.682)</u>	<u>(61.902)</u>
Total do passivo e passivo descoberto		<u>240.220</u>	<u>(13.828)</u>	<u>226.392</u>	<u>251.661</u>	<u>(6.359)</u>	<u>245.302</u>

Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2011

	Nota	31/12/2011		
		(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida (*)	(j) (a)	86.980	6.171	93.151
Custos dos serviços prestados				
Custo de construção	(k)	-	(1.249)	(1.249)
Depreciação e amortização	(h)	(11.660)	(2.173)	(13.833)
Serviços		(7.051)	-	(7.051)
Custo com pessoal		(44.823)	-	(44.823)
Materiais, equipamentos e veículos		(26.268)	-	(26.268)
Energia elétrica		(903)	-	(903)
Aluguéis e condomínios		(988)	-	(988)
Seguros		(864)	-	(864)
Água		(988)	-	(988)
Outros		<u>(3.456)</u>	<u>-</u>	<u>(3.456)</u>
		<u>(97.001)</u>	<u>(3.422)</u>	<u>(100.423)</u>
Prejuízo operacional		<u>(10.021)</u>	<u>2.749</u>	<u>(7.272)</u>

	Nota	31/12/2011		
		(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal		(8.105)	-	(8.105)
Serviços de terceiros		(10.360)	-	(10.360)
Despesas materiais de manutenção		(685)	-	(685)
Depreciação e amortização	(h)	(272)	(3.041)	(3.313)
Constituição da provisão para riscos	(a)	-	(209)	(209)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(a)	(434)	(1.796)	(2.230)
Outras	(a)	<u>(3.042)</u>	<u>(2.607)</u>	<u>(5.649)</u>
		(22.898)	(7.653)	(30.551)
Resultado de equivalência patrimonial	(e)	(7.834)	6.310	(1.524)
Outras receitas operacionais (**)	(a) (m)	10.771	(10.771)	-
Outras despesas operacionais (***)	(a) (g)	<u>(1.339)</u>	<u>1.339</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		(31.321)	(8.026)	(39.347)
Despesas financeiras	(a)	(21.921)	741	(21.180)
Receitas financeiras	(l)	<u>9.052</u>	<u>5.707</u>	<u>14.759</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(44.190)	(1.578)	(45.768)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(d)	<u>-</u>	<u>865</u>	<u>865</u>
Prejuízo do exercício		<u>(44.190)</u>	<u>(713)</u>	<u>(44.903)</u>

(*) Considera: (i) reclassificação do saldo de receita acessória e impostos sobre receitas acessórias anteriormente registrados na rubrica de “Outras receitas operacionais” no montante de R\$1.825, (ii) a reclassificação do saldo anteriormente registrado como deduções da receita para a rubrica de “Outras receitas operacionais” no montante de R\$449, (iii) Receita de construção no montante de R\$1.249 e (iv) a reclassificação do saldo anteriormente registrado como “Outras receitas operacionais” no montante de R\$2.648.

(**) Considera: (i) os ajustes descritos no tópico anterior no montante de R\$4.922, (ii) reversão da provisão de perda de ativo imobilizado no montante de R\$1.323, (iii) a reclassificação do saldo de descontos obtidos na adesão ao parcelamento especial de impostos no montante de R\$3.769 para a rubrica de “Receitas financeiras” e (iv) a reclassificação do saldo de impostos a recolher de anos anteriores no montante de R\$3.403 contra o patrimônio líquido.

(***) Considera: (i) a reclassificação de despesas não operacionais anteriormente registrados na rubrica de “Despesas financeiras” no montante de R\$741, (ii) a baixa de ativo intangível anteriormente registrado no ativo imobilizado no montante de R\$1.827 e (iii) a reclassificação do saldo de R\$3.907 para a rubrica de “Outras” contida no grupo de despesas gerais e administrativas.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2011

		31/12/2011		
	Nota	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(44.190)	(713)	(44.903)
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(d)	-	(865)	(865)
Depreciação e amortização	(h)	12.947	4.199	17.146
Baixa do ativo imobilizado	(h)	1.057	89	1.146
Baixa do ativo intangível	(h)	-	2.430	2.430
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	(a)	6.257	4.857	11.114
Juros sobre impostos parcelados	(a)	-	332	332
Provisão de perdas de desvalorização do imobilizado	(a)	1.323	(1.323)	-
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	(l)	-	(1.938)	(1.938)
Constituição (reversão) e juros sobre riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(a)	-	(209)	(209)
Equivalência patrimonial	(e)	7.834	(6.310)	1.524
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber	(a)	-	166	166
Contas a receber - partes relacionadas	(a)	-	2.280	2.280
Impostos a recuperar	(a)	-	(604)	(604)
Estoques	(a)	-	243	243
Despesas antecipadas e outras	(a)	(2.532)	361	(2.171)
Depósitos judiciais		(881)	-	(881)
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores	(a)	1.088	63	1.151
Fornecedores - partes relacionadas	(a)	-	(2.069)	(2.069)
Obrigações sociais e trabalhistas	(a)	1.788	(1.011)	777
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	(a)	(7.460)	4.445	(3.015)
Obrigações com o poder concedente	(a)	-	95	95
Outras contas a pagar	(a)	(1.481)	647	(834)
Provisão para riscos	(a)	(209)	209	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		<u>(24.459)</u>	<u>5.374</u>	<u>(19.085)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em investida	(a)	-	(8.330)	(8.330)
Aquisição de ativo imobilizado	(f) (g)	(1.783)	1.396	(387)
Adições ao ativo intangível	(f)	<u>(6.050)</u>	<u>4.706</u>	<u>(1.344)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(7.833)</u>	<u>(2.228)</u>	<u>(10.061)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas		5.822	-	5.822
Empréstimos e financiamentos				
Captações	(a)	33.700	1.700	35.400
Pagamentos	(a)	<u>(6.756)</u>	<u>(4.951)</u>	<u>(11.707)</u>
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		<u>32.766</u>	<u>(3.251)</u>	<u>29.515</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>474</u>	<u>(105)</u>	<u>369</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	(a)	674	(339)	335
No final do exercício	(a)	<u>1.148</u>	<u>(444)</u>	<u>704</u>
		<u>474</u>	<u>(105)</u>	<u>369</u>

Resumo dos efeitos dos ajustes

<u>Ajustes no passivo a descoberto</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Passivo a descoberto (publicado anteriormente)		(76.410)	(32.220)
Constituição de ativo financeiro	(c)	16.733	15.066
Impostos diferidos	(d)	2.379	1.514
Equivalência patrimonial	(e)	-	(6.310)
Reclassificação do imobilizado para o ativo intangível e resultado	(f) (g) (h)	(28.386)	(22.939)
Reclassificação de adiantamento para futuro aumento de capital para o passivo	(i)	(16.194)	(16.194)
Reclassificações de saldos de impostos a recolher	(o)	(4.927)	(819)
Passivo a descoberto (ajustado)		(106.805)	(61.902)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2011</u>
Prejuízo do exercício (publicado anteriormente)		(44.190)
Receita de construção	(j)	1.249
Custo de construção	(k)	(1.249)
Baixas em ativo financeiro	(c)	(321)
Atualização de ativo financeiro	(l)	1.938
Impostos diferidos	(d)	865
Equivalência patrimonial	(e)	6.310
Amortização do ativo intangível	(h)	(5.214)
Reversão da provisão de perda de ativo imobilizado	(m)	1.323
Baixa de ativo intangível	(g)	(1.506)
Reversão de despesa com impostos	(o)	(4.108)
Prejuízo do exercício (ajustado)		(44.903)

Detalhamento dos ajustes efetuados

- Reclassificação entre linhas para melhor apresentação e comparabilidade dos saldos.
- Reclassificação de curto prazo para longo prazo.
- Constituição de ativo financeiro.
- Contabilização de impostos diferidos sobre os ajustes efetuados contra o patrimônio líquido e resultado.
- Contabilização do investimento pelo método de equivalência patrimonial.
- Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível.
- Reclassificação do ativo intangível para o resultado.
- Contabilização da amortização do ativo intangível calculado com base no prazo remanescente da concessão.

- (i) Reclassificação de adiantamento para aumento de capital anteriormente registrado no passivo a descoberto.
- (j) Contabilização da Receita de construção (ICPC 01 R1).
- (k) Contabilização do Custo de construção (ICPC 01 R1).
- (l) Ajuste a valor presente de ativo financeiro.
- (m) Reversão da baixa do ativo imobilizado.
- (n) Reclassificação do saldo do longo para o curto prazo para atender as exigibilidades contratuais de empréstimos e financiamentos.
- (o) Reclassificação da despesa com impostos a recolher registrado no exercício corrente relativo a exercícios anteriores para o patrimônio líquido.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte material reconhecido no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às práticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9b - Impostos diferidos.
- Nota 14 - Depreciação do ativo imobilizado.
- Nota 15 - Amortização do ativo intangível.

- Nota 22 - Instrumentos financeiros.

Demonstrações do fluxo de caixa

- Informação suplementar

Durante o exercício de 2012, houve a movimentação de R\$190.556 da conta adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas contra o capital social, decorrente da integralização de capital social detalhada na nota explicativa nº. 19a.

4. DETERMINAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito.
- b) Risco de taxas de juros e inflação.
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota - se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca - se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI para empréstimos de capital de giro (2) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6 e 16.

As tarifas são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Caixa e bancos	1.514	684	335
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>-</u>
	<u>1.514</u>	<u>704</u>	<u>335</u>

7. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Circulante			
Cartões de crédito	147	82	54
RioCard e outros	<u>407</u>	<u>362</u>	<u>285</u>
	<u>554</u>	<u>444</u>	<u>339</u>
Não circulante			
Ativo financeiro (a)	<u>18.934</u>	<u>16.733</u>	<u>15.066</u>
	<u>18.934</u>	<u>16.733</u>	<u>15.066</u>

(a) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao poder concedente em troca melhorias na infraestrutura.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Créditos a vencer	<u>554</u>	<u>444</u>	<u>339</u>
	<u>554</u>	<u>444</u>	<u>339</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Imposto a recuperar - Lei 11.941/09	91	89	-
Outros impostos e valores a recuperar	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>40</u>
	<u>91</u>	<u>129</u>	<u>40</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63.128)	(45.768)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	21.464	15.561
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisões indedutíveis (*)	(19.608)	(14.178)
Equivalência patrimonial	<u>(531)</u>	<u>(518)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.325	865
Constituição de impostos diferidos não constituídos em exercícios anteriores	<u>48.186</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos	<u>49.511</u>	<u>865</u>

(*) Refere-se substancialmente ao valor das variações cambiais sobre os financiamentos junto ao BNDES que foram liquidados em outubro de 2012.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Bases ativas			
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	48.495	-	-
Ajuste valor presente - ativo financeiro	<u>3.395</u>	<u>2.649</u>	<u>2.179</u>
	51.890	2.649	2.179
Bases passivas			
Diferenças temporárias - ativo intangível	<u>-</u>	<u>(270)</u>	<u>(665)</u>
	-	(270)	(665)
Ativo diferido líquido	<u>51.890</u>	<u>2.379</u>	<u>1.514</u>

A Companhia, através do reequilíbrio econômico do contrato de concessão efetuado e de seu plano de negócios, estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

2013	404
2014	794
2015	2.275
2016	3.685
2017 em diante	<u>41.337</u>
	<u>48.495</u>

10. ESTOQUES

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Peças e acessórios	547	673	976
Óleo diesel	252	148	61
Óleo lubrificante	185	84	57
Materiais elétricos	114	84	125
Materiais de pintura	81	39	45
Materiais de uso e consumo	79	39	47
Outros	<u>119</u>	<u>114</u>	<u>113</u>
	<u>1.377</u>	<u>1.181</u>	<u>1.424</u>

11. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Circulante			
Adiantamentos a fornecedores	1.146	2.828	696
Taxas e Impostos a apropriar	471	196	272
Adiantamentos de pessoal	440	392	289
Seguros	432	800	765
Bilhetes consignados	-	214	237
	<u>2.489</u>	<u>4.430</u>	<u>2.259</u>
Não circulante			
Precatórios a receber (a)	3.781	-	-
Contas a receber - SEFAZ	2.644	1.429	914
Outras contas a receber	260	109	109
	<u>6.685</u>	<u>1.538</u>	<u>1.023</u>

(a) Refere-se a créditos de precatórios adquiridos, os quais serão utilizados para compensação do pagamento de parcelamento de ICMS, conforme permitido pela Lei 6136/11 (Refis Estadual do Rio de Janeiro - 2012).

12. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos

Participação	Patrimônio líquido			Provisão para passivo a descoberto			Resultado líquido do exercício da investida		Resultado de equivalência patrimonial	
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2012	2011
ATP 99,995%	<u>(1.066)</u>	<u>496</u>	<u>(6.310)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>496</u>	<u>(6.310)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>(1.524)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>(1.524)</u>

b) Movimentação dos investimentos

	2010	2011			2012	
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Saldo	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final
ATP	<u>(6.310)</u>	<u>(1.524)</u>	<u>8.330</u>	<u>496</u>	<u>(1.562)</u>	<u>(1.066)</u>

c) Demonstrações financeiras da investida

	2012				2011				2010	
	Total do passivo circulante	Total das receitas líquidas	Prejuízo do exercício	Total do ativo circulante	Total do passivo circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício	Total do ativo circulante	Total do passivo circulante	Total do ativo circulante
ATP	<u>1.020</u>	<u>(2.086)</u>	<u>(6.066)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>1.064</u>	<u>(568)</u>	<u>(6.169)</u>	<u>(1.524)</u>	<u>1.511</u>	<u>(7.821)</u>

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas:

	Transações	Saldos	
		Ativo	Passivo
		Contas a receber	Fornecedores
Controladora-			
CCR S.A - Divisão Actua (a)	-	-	8
Outras partes relacionadas:			
ATP - Around The Pier Administ Participações Ltda. (b)	2.003	1.766	-
JCA Holding Participações Ltda.	-	83	-
Sit Macae	-	66	-
Auto Viação 1001 Ltda. (a)	-	-	276
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (a)	-	-	3
Concessionária da Linha 4 do Metrô da São Paulo S.A. (a)	-	-	5
Total circulante, 31 de dezembro de 2012	-	<u>1.915</u>	<u>292</u>
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>2.003</u>	<u>1.915</u>	<u>292</u>

	Transações	Saldos		
		Ativo	Passivo	
		Contas a receber	Fornecedores	AFAC
Outras partes relacionadas:				
ATP - Around The Pier Administ Participações Ltda. (b)	2.011	11	-	-
JCA Holding Participações Ltda.	-	83	-	-
Sit Macae	-	66	-	-
Amaury de Andrade (a) (c)	-	-	626	257
Auto Viação 1001 Ltda (c)	-	-	-	<u>190.299</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2011	-	<u>160</u>	-	-
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011	-	-	<u>626</u>	<u>190.556</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>2.011</u>	<u>160</u>	<u>626</u>	<u>190.556</u>
Total circulante, 01 de janeiro de 2011	-	6.994	-	-
Total não circulante, 01 de janeiro de 2011	-	-	<u>7.250</u>	<u>184.734</u>
Total, 01 de janeiro de 2011	<u>1.963</u>	<u>6.994</u>	<u>7.250</u>	<u>184.734</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	2012	2011
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (d)	280	189

- (a) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (b) Receita de sub-rogação de contratos de receitas acessórias à ATP.
- (c) Adiantamento para futuro aumento de capital.
- (d) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

14. ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	585	(80)	505	385	(35)	350	650	(108)	542
Máquinas e equipamentos	15	1.636	(242)	1.394	900	(89)	811	2.984	(1.312)	1.672
Veículos	20	142	(57)	85	79	(50)	29	156	(117)	39
Imobilizado em andamento	-	<u>3.777</u>	<u>-</u>	<u>3.777</u>	<u>830</u>	<u>-</u>	<u>830</u>	<u>830</u>	<u>-</u>	<u>830</u>
		<u>6.140</u>	<u>(379)</u>	<u>5.761</u>	<u>2.194</u>	<u>(174)</u>	<u>2.020</u>	<u>4.620</u>	<u>(1.537)</u>	<u>3.083</u>

Movimentação do custo

	01/01/2011		31/12/2011		31/12/2012	
	Custo	Adições	Baixas	Custo	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	650	56	(321)	385	200	585
Máquinas e equipamentos	2.984	331	(2.415)	900	736	1.636
Veículos	156	-	(77)	79	63	142
Imobilizado em andamento	<u>830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>830</u>	<u>2.947</u>	<u>3.777</u>
	<u>4.620</u>	<u>387</u>	<u>(2.813)</u>	<u>2.194</u>	<u>3.946</u>	<u>6.140</u>

Movimentação da depreciação

	01/01/2011		31/12/2011		31/12/2012	
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	(108)	(51)	124	(35)	(45)	(80)
Máquinas e equipamentos	(1.312)	(242)	1.465	(89)	(153)	(242)
Veículos	<u>(117)</u>	<u>(11)</u>	<u>78</u>	<u>(50)</u>	<u>(7)</u>	<u>(57)</u>
	<u>(1.537)</u>	<u>(304)</u>	<u>1.667</u>	<u>(174)</u>	<u>(205)</u>	<u>(379)</u>

15. ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	270.285	(97.731)	172.554	269.674	(80.970)	188.704	270.903
Direitos de uso de sistemas informatizados	24	<u>1.096</u>	<u>(832)</u>	<u>264</u>	<u>937</u>	<u>(776)</u>	<u>161</u>	<u>794</u>	<u>(611)</u>	<u>183</u>
		<u>271.381</u>	<u>(98.563)</u>	<u>172.818</u>	<u>270.611</u>	<u>(81.746)</u>	<u>188.865</u>	<u>271.697</u>	<u>(64.904)</u>	<u>206.793</u>

(*) Amortização linear baseada no prazo remanescente da concessão.

Movimentação do custo

	01/01/2011	31/12/2011		31/12/2012		
	Custo	Adições	Baixas	Custo	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	270.903	1.201	(2.430)	269.674	611	270.285
Direitos de uso de sistemas informatizados	<u>794</u>	<u>143</u>	<u>-</u>	<u>937</u>	<u>159</u>	<u>1.096</u>
	<u>271.697</u>	<u>1.344</u>	<u>(2.430)</u>	<u>270.611</u>	<u>770</u>	<u>271.381</u>

Movimentação de amortização

	01/01/2011	31/12/2011		31/12/2012	
	Amortização	Adições	Saldo final	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(64.293)	(16.677)	(80.970)	(16.761)	(97.731)
Direitos de uso de sistemas informatizados	<u>(611)</u>	<u>(165)</u>	<u>(776)</u>	<u>(56)</u>	<u>(832)</u>
	<u>(64.904)</u>	<u>(16.842)</u>	<u>(81.746)</u>	<u>(16.817)</u>	<u>(98.563)</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em moeda nacional	Taxas contratuais (% a.a.)	Vencimento final	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
BNDES - FINEM I	TJLP + 5,5% a.a.	Junho de 2013	-	52.334	49.966
BNDES - FINEM II	URTJLP + 5,5% a.a.	Junho de 2013	-	1.672	3.232
BNDES - FINEM III	CESTA DE MOEDAS + 5,5% a.a.	Junho de 2013	-	172	298
HSBC	CDI + 0,95% a 3,66% a.a.	Outubro de 2012	-	24.631	1.603
Santander	CDI + 1,00% a 1,21% a.a.	Outubro de 2013	-	9.598	-
Bradesco S/A.	CDI + 0,70% a.a.	Abril de 2013	<u>118.354</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total circulante			<u>118.354</u>	<u>88.407</u>	<u>55.099</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e, exclusivamente para os empréstimos, as cláusulas restritivas contratuais. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Na data de aquisição, a companhia contava com diversas cédulas de crédito bancário em aberto, com características distintas.

Os financiamentos junto ao BNDES, indexados ao dólar, foram liquidados antecipadamente em 22 de outubro de 2012. No mesmo mês, foi efetuada a portabilidade de todos os títulos em aberto para o Banco Bradesco. A dívida tem vencimento de principal e juros em 16 de abril de 2013 e conta com aval de 80% da CCR e 20% da JCA Holdings Participações S.A.

Em 13 de dezembro de 2012 foi realizada nova captação no valor de R\$3.500 em Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Bradesco, seguindo as características dos contratos anteriores.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E PARCELADOS

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - a recolher

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
ICMS	12.324	11.362	9.603
Registro imobiliário patrimonial - Taxa de Ocupação	5.479	4.927	4.222
COFINS	341	255	242
PIS	74	55	53
Outras obrigações	<u>146</u>	<u>139</u>	<u>105</u>
	<u>18.364</u>	<u>16.738</u>	<u>14.225</u>

b) Obrigações fiscais parceladas

	<u>01/01/2011</u>		<u>31/12/2011</u>				<u>31/12/2012</u>				
	Saldo Inicial		Adesões	Atualizações	Realizações	Transferências	Total	Atualizações	Realizações	Transferências	Total
Circulante-											
Federal											
Parcelamento Lei											
11.941/09 (a)	-	1.881	92	(1.130)	1.130	1.973	1.205	(2.056)	165	1.287	
Municipal											
ISS	340	353	-	(645)	702	750	-	(614)	103	239	
IPTU	199	92	-	(291)	339	339	-	(355)	354	338	
Estadual											
ICMS	<u>797</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>(866)</u>	<u>770</u>	<u>770</u>	<u>-</u>	<u>(770)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total	<u>1.336</u>	<u>2.395</u>	<u>92</u>	<u>(2.932)</u>	<u>2.941</u>	<u>3.832</u>	<u>1.205</u>	<u>(3.795)</u>	<u>622</u>	<u>1.864</u>	
Não Circulante-											
Federal											
Parcelamento Lei											
11.941/09 (a)	10.761	5.368	240	(11.565)	(1.130)	3.674	-	-	(165)	3.509	
Municipal:											
ISS	350	524	-	-	(702)	172	-	-	(103)	69	
IPTU	464	635	-	-	(339)	760	-	-	(354)	406	
Estadual-											
ICMS	<u>723</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(770)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total	<u>12.298</u>	<u>6.574</u>	<u>240</u>	<u>(11.565)</u>	<u>(2.941)</u>	<u>4.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(622)</u>	<u>3.984</u>	

- (a) Em novembro de 2009, a Companhia aderiu a Lei 11.941/09, visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos fiscais e previdenciários federais, inclusive os inscritos na Dívida Ativa da União, consolidados quando da adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES - Lei 10.684/03 e o Programa de Parcelamento Excepcional - PAEX - por parte de RFB e PGFN. Na migração do parcelamento a Companhia compensou multa e juros devidos com prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de contribuição social no montante de R\$14.106, conforme permitido na forma da Lei.

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	01/01/2011	31/12/2011		31/12/2012		
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Saldo	Constituição/ reversão de provisão	Liquidação	Saldo final
Não circulante:						
Cíveis e tributárias	1.868	-	1.868	(1.288)	-	580
Trabalhistas	<u>8.660</u>	<u>(209)</u>	<u>8.451</u>	<u>29.359</u>	<u>(3.044)</u>	<u>34.766</u>
Total	<u>10.528</u>	<u>(209)</u>	<u>10.319</u>	<u>28.071</u>	<u>(3.044)</u>	<u>35.346</u>

Durante o exercício de 2012, a Administração da Companhia reavaliou as expectativas de perdas dos processos e riscos em andamento, e como resultado das mudanças de estimativas constituiu R\$29.359 de provisão para contingências, em razão da evolução dos processos e nova avaliação efetuada em conjunto com os assessores jurídicos que classificaram os riscos como sendo de perda provável. Os principais processos reavaliados referem-se, substancialmente, a vínculo empregatício e reflexos trabalhistas de colaboradores cooperados.

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis, tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Cíveis e tributárias	2.161	2.048	1.968
Trabalhistas	<u>2.435</u>	<u>2.396</u>	<u>2.235</u>
	<u>4.596</u>	<u>4.444</u>	<u>4.203</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em dezembro de 2011 era de R\$47.501, dividido em 6.394.756.468 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 14 de junho de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$195.735, mediante emissão de 26.350.740.456 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,00742806 (valor em reais) por ação, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas.

Após a integralização o capital social passou a ser de R\$243.236, totalmente subscrito e integralizado, dividido entre 32.745.496.924 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros e dividendos mínimos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a destinação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

20. RECEITAS

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de transporte aquaviário	131.339	92.710
Receitas acessórias	2.003	2.011
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	619	1.249
Outras receitas	<u>246</u>	<u>2.648</u>
Receita bruta	134.207	98.618
Impostos sobre receitas	(5.142)	(4.725)
Devoluções e abatimentos	<u>(770)</u>	<u>(742)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(5.912)</u>	<u>(5.467)</u>
Receita líquida	<u>128.295</u>	<u>93.151</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	(9.425)	(14.828)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.540)	(5.263)
IOF	(1.064)	(115)
Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09	(1.205)	(332)
Taxas e outras despesas financeiras	(161)	(115)
Outras variações cambiais	<u>(942)</u>	<u>(527)</u>
	<u>(21.337)</u>	<u>(21.180)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial s/ empréstimos e financiamentos	5.378	8.977
Ajuste a valor presente ativo financeiro	2.194	1.938
Descontos obtidos	-	3.769
Juros e outras receitas financeiras	<u>85</u>	<u>75</u>
	<u>7.657</u>	<u>14.759</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(13.680)</u>	<u>(6.421)</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas operações de caráter especulativo, como também não são efetuadas operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração (CAD) da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A., possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa ao CAD sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos									
Aplicações financeiras	-	-	-	20	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	19.488	-	-	17.177	-	-	15.405	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.915	-	-	160	-	-	6.994	-
Passivos									
Financiamentos	-	-	-	-	-	(54.178)	-	-	(53.496)
Empréstimos	-	-	(118.354)	-	-	(34.229)	-	-	(1.603)
Fornecedores, alugueis de embarcações a pagar e outras contas a pagar	-	-	(8.412)	-	-	(12.443)	-	-	(10.626)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(292)	-	-	(191.182)	-	-	(191.984)
Total	<u>-</u>	<u>21.403</u>	<u>(127.058)</u>	<u>20</u>	<u>17.337</u>	<u>(292.032)</u>	<u>-</u>	<u>22.399</u>	<u>(257.709)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, alugueis de embarcações a pagar, outras contas a pagar e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para a liquidação das operações.
- **Financiamentos** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Empréstimos** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>		<u>01/01/2011</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Empréstimos	<u>118.354</u>	<u>118.479</u>	<u>34.229</u>	<u>34.293</u>	<u>1.603</u>	<u>1.606</u>

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Aplicações financeiras	-	20	-
Empréstimos	-	(54.178)	(53.496)
Financiamentos	(118.354)	(34.229)	(1.603)

Os diferentes níveis de hierarquia são:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

23. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Seguro patrimonial - R\$5.900.
- Flutuantes - R\$3.316.

- Cascos marítimos - R\$9.156.
- Responsabilidade civil - passageiros - R\$1.00.
- Cascos marítimos - catamarãs - US\$46.272 mil.
- Protection & Indemnity (P&I) - US\$20.000 mil.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação em cédulas de crédito bancário

Em 14 de janeiro de 2013, a investida realizou captação de R\$10.000, junto ao Banco Bradesco, com remuneração através da variação do CDI + 0,7% ao ano e com vencimento de principal e juros em 16 de abril de 2013. A captação conta com fiança bancária dos acionistas da Companhia, sendo 80% da CCR e 20% da JCA.

Composição da Diretoria

Márcio Roberto de Morais Silva
João Daniel Marques da Silva

Diretor Presidente
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC SP129452/O-3 S/RJ